



## ATA DA 38ª REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA

Aos 29/03/2017, sob a presidência do Senhor Secretário Gilberto Natalini, realizou-se a 38ª Reunião Plenária Extraordinária do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - CADES, convocada com a seguinte Pauta:

### Expediente:

1. Discussão e votação da Ata da 187ª Reunião Plenária Ordinária do CADES.
2. Posse dos senhores **João Henrique Storopoli** e **Juacir Bueno de Camargo Junior**, como Conselheiros Titular e Suplente respectivamente, representantes do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA – SP. Posse do senhor **César Alexandre Hernandes**, como conselheiro suplente, representante da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – SMADS no CADES.
3. Informes:
4. Sugestões para inclusão na pauta desta reunião.

### Ordem do dia:

1. Deliberação das Diretrizes anuais para utilização dos recursos do Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – FEMA para o ano de 2017, pelo Senhor Ivan Cáceres – Coordenador Geral do CADES e do CONFEMA.
2. Apresentação do processo de elaboração do Plano Municipal da Mata Atlântica, com enfoque em seu estágio atual, próximos passos e recomposição dos membros da Comissão Especial de Acompanhamento do PMMA do CADES.
3. Sugestões para Pauta da próxima reunião e Assuntos Gerais.

### Anexos:

- Ata da 187ª Reunião Plenária Ordinária do CADES.
- Proposta das Diretrizes anuais para utilização dos recursos do Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – FEMA para o ano de 2017.

**Gilberto Natalini (Presidente)** - Bom dia a todos e a todas. Nós vamos dar início à 38ª Reunião Plenária Extraordinária do CADES. Nós temos uma pauta hoje bastante consistente e eu vou passar a condução da pauta ao nosso



Coordenador Ivan, para ele dar andamento aos trabalhos. Vamos então iniciar com o quórum regimental. Por favor, Ivan.

**Ivan Cáceres (Coordenador)** - Bom dia a todos. Bom dia, Senhor Presidente. Iniciamos a 38ª reunião plenária extraordinária do Conselho Municipal do Meio ambiente e Desenvolvimento Sustentável da cidade de São Paulo no dia 29 de março de 2017, nesta quarta-feira, no edifício Martinelli. Havendo quórum regimental, vamos dar prosseguimento a nossa reunião e passar a palavra ao Senhor Presidente para considerações iniciais, para depois de entrarmos na pauta propriamente dita. Senhor presidente, para suas considerações gerais sobre a reunião para depois entrarmos na pauta.

**Gilberto Natalini (Presidente)** - Eu só queria aproveitar a ocasião para fazer um breve, brevíssimo apanhado da situação da Secretaria do Verde. Afinal, o Conselho é afeto à Secretaria do Verde, embora tenham aqui várias Secretarias e entidades, mas diz respeito às questões das ações de políticas públicas da Secretaria do Verde. Nossa situação, com mais ou menos 90 dias de gestão, é uma situação catastrófica, é uma situação perigosa, uma situação difícil, particularmente na questão orçamentária e financeira. O dinheiro que nós temos para tocar o dia a dia da Secretaria é absolutamente insuficiente. O orçamento que nós tivemos aprovado pela Câmara do ano passado para este ano, com os contingenciamentos feitos de forma generalizada por questões de déficit orçamentário no ano de 2017 na Prefeitura, nos traz um quadro de muita dificuldade para fazer a gestão dos próprios da Secretaria e a gestão das políticas ambientais do Município de São Paulo. Para vocês terem uma ideia, o dinheiro que nós recebemos de orçamento para a zeladoria e as vigilâncias, em síntese, a gestão dos 106 parques da cidade termina em maio. Em maio acaba tudo. Acabam os contratos, acabam os vigilantes, acabam os zeladores, enfim, acaba o custeio da gestão dos parques. Diante dessa catástrofe calamitosa que nós herdamos, porque na verdade nós precisaríamos, pelas nossas contas, de R\$ 150 milhões para chegar a 31 de dezembro, e tivemos no orçamento, aproximadamente até maio, R\$ 54 milhões, é um terço. As propostas de licitação



que nós fizemos, modificadas do ano passado, nós conseguimos um trabalho muito intenso do DEPAVE, dos técnicos, reduzir para o ano em R\$ 50 milhões o custeio dos parques. No ano passado deveria ser 200 milhões, foram executados R\$ 146 milhões, por isso que em setembro os parques ficaram à deriva, totalmente à deriva, e nós já recebemos essa deriva. Dos R\$ 200 milhões, nós tiramos, modificamos de ata de registro de preço para uma licitação tradicional e conseguimos reduzir de R\$ 200 milhões para R\$154 milhões, R\$150 milhões. Tínhamos R\$ 54 milhões, precisaríamos de uma suplementação orçamentária de R\$ 96 milhões para lançar a licitação e ter uma tranquilidade, inclusive com mais serviços do que temos hoje, porque a gente diminui quase pela metade o BDI que herdamos da gestão passada, que era de até 46%, diminuimos de 20 a 23, 24 por cento na nossa licitação de agora, por isso a economia de R\$ 50 milhões. Além de outras questões, da maneira de as equipes podarem, presença das equipes, pagamento diferenciado, enfim. Conseguimos em amplas tratativas com a gestão do Secretário de Fazenda e Junta Orçamentária da Prefeitura - JOF, nós conseguimos, mais ou menos R\$ 35 milhões de liberação, que há uns 15 dias vieram para Secretaria do Verde, de remanejamento orçamentário e mais um remanejamento interno, que nós fizemos uma forma extremamente trabalhosa e engenhosa. Nós conseguimos mais R\$ 20 milhões, que nós remanejamos internamente cortando os 80 contratos que nós temos. Foram negociados todos, um a um, inclusive o aluguel, que nós diminuimos em 30%, cortamos o contrato de helicóptero, telefones, carros, renegociamos tudo. Conseguimos uma redução e essa redução, junto com algumas áreas não prioritárias, a gente conseguiu R\$ 20 milhões de reais do nosso próprio orçamento, que, somados aos R\$ 35 milhões, chegaram a R\$ 55 milhões de reais. Eu acho importante expor isso para vocês, é importante o Conselho saber a situação do Secretário, dos diretores da Secretaria, do corpo de funcionários e da população que, no fundo no fundo, é a usuária desse dinheiro. Nós conseguimos, então, R\$ 55 milhões, dos R\$ 96 milhões que estávamos pedindo. Com esses R\$ 55 milhões, também numa engenharia orçamentária e



financeira profunda feita pelo nosso DAF, pelo DEPAVE e pelos demais órgãos da nossa Secretaria, nós conseguimos lançar a licitação do Parque do Carmo, que estava absolutamente à míngua. Nós conseguimos lançar agora a licitação da vigilância de oito parques da região central de São Paulo, inclusive o Parque Independência, que entrou também nessa licitação. E estamos agora para lançar a licitação - ainda não foi para rua porque nós tivemos... como o dinheiro diminuiu, nós tivemos que readequar completamente os contratos e isso demora nas planilhas para você fazer aquela distribuição de pessoas, de número de cuidadores, de banheiristas, de zeladores, de jardineiros, enfim, equipes de poda, equipes de roçagem. Vamos lançar agora no começo da semana que vem, talvez até sábado, a licitação para a zeladoria, para o manejo, a manutenção de um grupo grande de parques que também estão numa situação bastante difícil. De agora até maio, tem dois meses, se as licitações correrem livres e limpas, e se não houver contestação de empresas que se sentiram prejudicadas pelo corte do BDI e pelo corte da gordura que existia na licitação anterior do ano passado, se não houver contestação judicial, se não houver nenhum tipo de imbróglio de justiça, de Tribunal de Contas, nós poderemos, até o final de maio, ter novas licitações e conseguiremos dar continuidade e não ter uma paralisação dos serviços, como a gente teve agora. Ontem eu fui ao Parque Cemucam. Dá vontade de chorar. Não tem nenhum tipo de manejo no Parque Cemucam. A segurança são oito pessoas, para um parque de quase 2 milhões de metros quadrados. O mato na altura do peito, uma coisa brutal, que foi a herança que nós tivemos. Infelizmente, nós temos que trabalhar nessa realidade, com essa quantidade de dinheiro ínfimo. É importante dizer que depois da Educação, que recebeu um remanejamento para pagar acordo salarial de professores, a única Secretaria do Município de São Paulo que teve remanejamento, aquém do que a gente queria, mas que teve remanejamento positivamente, foi a Secretaria do Verde. Nenhuma outra Secretaria, se vocês forem observar, teve nenhum tipo de descongelamento ou de remanejamento, porque a situação orçamentária, segundo foi levantado pelo



Secretário de Fazenda, ela tem um furo entre o previsto e o real de R\$ 7,5 bilhões. Esse é o furo deste ano de 2017. Furo real e concreto deste ano. A minha grande preocupação - eu sei, Senhoras e Senhores Conselheiros, que a Secretaria do Verde não é só parque. Só que os parques de São Paulo, no ano passado, por um número que eu recebi da própria Secretaria, tiveram uma visita de 38.700.000 pessoas. Pode ser que sejam as mesmas pessoas várias vezes, mas foram 38 milhões de visitação. Isso custou para os cofres públicos a quantia exorbitante R\$3,97 por visita, por ano. É uma passagem de ônibus para as pessoas terem a visitação aos parques, a contemplação, contato com a natureza, com a fauna, com os lagos, enfim, eu não preciso ficar aqui dedilhando a importância de um parque público, seja natural, seja urbano, na vida de um ser humano, criança, idoso, adulto, quem vocês quiserem, de todas as raças, de todos os credos, de todas as orientações sexuais. Essa é a realidade concreta com a qual a nossa gestão vai trabalhar este ano. Por isso é que nós sabemos, que não é só parque. Parque é muito importante, inclusive nós estamos para entregar no dia 1º o Parque do Chuvisco, que ficou pronto. Não sei como nós vamos manter, mas vai ser aberto. Nós estamos fortemente trabalhando para entregar o Parque Alto da Boa Vista. O DEPAVE está começando os estudos para fazer o projeto, porque não deixaram nem projeto, nem nada. O projeto básico para começar a implantação do Parque dos Búfalos, ou o que restou dele, não é pouca terra. São 500 mil metros quadrados. Nós começamos o projeto básico para implantar o Parque dos Búfalos e ter uma emenda parlamentar dentro do Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura de R\$ 3 milhões, que dá para fazer uma parte do processo. Depois nós vamos ver como nós fazemos o resto. E também tem mais um parque - Cabeceiras do Aricanduva -, que tem um dinheiro relativamente seguro, reservado também dentro do FEMA, que a gente também pretende dar andamento à entrega daquele parque. E, dentro desse quadro a gente consegue para continuar entregando áreas verdes, entregando parques para a cidade de São Paulo. Fizemos na sexta-feira passada a reunião, a retomada do Comitê Municipal de Mudança do



Clima. Não sei se alguém dos Senhores ou das Senhoras estava lá. Nós fizemos isso. A reunião foi muito poderosa, muito positiva. Nós estamos retomando, na medida das nossas forças, a política municipal de mudança do clima, seja na área de emissão dos gases do transporte, seja em várias outras áreas. Nós estamos caminhando para isso. O Carlos Ritti foi lá, do Observatório do Clima, fez uma apresentação muito boa. Estamos no caminho de buscar a licitação, a contratação do inventário de clima da cidade. E também está caminhado, nas outras áreas. Só um informe para o CADES: fazendo as contas bem por cima, de janeiro até hoje, a Secretaria do Verde já plantou, cerca de, 11.000 árvores na cidade de São Paulo. É pouco, pela necessidade da cidade, mas diante da realidade que nós estamos vivendo não é pouco. E nós temos promessas e propostas, inclusive de empresas, de ajudar de maneira voluntária, inclusive com recursos, a plantar uma quantidade grande de árvores, que é o nosso compromisso. Por último, eu queria informar que na semana retrasada foi assinada pelo Governador e pelo Prefeito a retomada da operação Defesa das Águas, que é uma operação importante na preservação dos mananciais. Pouca gente deu importância quando acabou a operação Defesa das Águas, mas a Prefeitura saiu fora do processo, e agora a Prefeitura está entrando novamente. Nos cabe reorganizar todo aquele processo que foi extremamente vitorioso no combate à ocupação e ao desmatamento, à destruição das áreas de manancial. Ainda não está de uma forma firme, organizada, mas nós já estamos fazendo junto com a Secretaria de Segurança Urbana, com a Secretaria de Habitação e outras Secretarias, já fizemos várias investidas em ocupações irregulares, tanto em áreas de mananciais como também fora de área de mananciais, em Áreas de Proteção Ambiental, de ocupações que vinham sendo feitas sistematicamente e que agora, de certa forma, foi feito o desfazimento. Eu vou dar aqui um exemplo: dentro do Parque Linear do Grajaú, onde 100 invasores, 100 ocupantes foram contidos pela Guarda Civil Ambiental e pelo nosso DGD, que agora está revitalizado, com a ida de 46 AMAs que estavam espalhados na burocracia da máquina e que foram retomados para ir recompor



os DGDs. Com a fiscalização ambiental de São Paulo, esta semana passada multamos um teto muito alto, R\$ 500 mil, por conta de desmatamento feito por uma igreja num terreno grande na Estrada do Alvarenga. Então, as multas estão voltando, a fiscalização, porque trabalhar com dinheiro é muito fácil. É fácil fazer com dinheiro. Agora, fazer sem dinheiro, sem grana, na marra, como nós estamos fazendo, força-tarefa, mutirão popular. Daqui até o dia 15 de abril tem mais quatro entradas fortes em parques, com mutirão popular e força-tarefa. Inclusive o Parque do Trote, que também está numa situação muito difícil até que as licitações voltem ao normal e nós possamos ter um pouco de paz de espírito para parar um pouco e pensar, e não ficar atendendo parques em situação de calamidade na área ambiental de São Paulo. Eram os informes que eu queria dar. Agradeço a atenção de vocês. Acho importante que vocês saibam disso. Ao lado disso está correndo o processo de reorganização dos CADES, de eleição dos Conselhos Gestores, várias eleições já foram feitas. Domingo que vem tem eleição do Conselho Gestor do Parque do Ibirapuera, mas muitos parques já elegeram e também CADES. Estamos buscando reorganizar os CADES, que são CADES regionais, que são importantes para a participação e para o controle social da Secretaria. Eu vou passar a palavra para o Ivan para ele dar continuidade à nossa linha de debates e à nossa pauta. Muito obrigado.

**Ivan Cáceres (Coordenador)** - Por gentileza, o microfone, identificando-se para efeito de ata.

**Cons. Maria Cecília:** - Bom dia a todos. Bom dia, Senhor Secretário, eu quero dizer que eu entendo essa situação. Eu compartilho da sua dor, da sua dificuldade, mas eu percebi, pela sua fala, que o Senhor só menciona ações dentro da própria Secretaria. O que me sugere e que eu queria lhe falar é que a gente viu logo na Prefeitura uma importância muito maior para a natureza morta, a hora que o Prefeito faz tanta questão de limpar os grafites e as pichações, isso aí é natureza morta; então, a gente precisa falar para ele da natureza viva. A gente tem que sair um pouquinho da Secretaria e ir ao encontro a outros recursos. A Secretaria da Cultura também está toda congelada, mas a gente não



pode achar que a nossa situação é essa e a gente tem que só economizar dentro de casa. A gente tem que sair da nossa casa e ir ao encontro a buscar mais recursos para sua Secretaria. Só acrescentando um aspecto é que os parques, além de eles levarem lazer a população, o que é altamente bom, eles também trazem recurso monetário, porque eles agilizam o turismo, eles trazem pessoas para aquela região. Os parques também têm uma função econômica. É necessário que a gente entenda o turismo e o que movimenta de dinheiro dentro dos parques para o comércio local. Essas questões precisam ser mostradas para fora da Secretaria. Então, entre outras coisas, era isso que eu queria dizer. Eu sei da sua dificuldade, eu concordo com tudo o que o Senhor falou, porém eu só queria acrescentar que, às vezes, a gente esquece algumas outras estratégias. Então, agradeço.

**Gilberto Natalini (Presidente)**- Como eu quis falar rápido, eu falei três meses em 5 minutos, não deu para falar tudo, mas já que a Senhora falou, eu queria informar o seguinte: nós estamos tentando, sim, buscar dinheiro fora. Nós temos o Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura, que é R\$ 400 milhões que a Sabesp vai mandar para a Prefeitura este ano. Nós tivemos em reunião e R\$ 170 milhões desses R\$ 400 milhões vão para a Habitação. Já veio no orçamento da Câmara carimbado. R\$ 122 milhões vão para Obra e Infraestrutura, R\$ 22 milhões vão para Secretaria de Prefeituras Regionais. Já veio carimbado. Para nós existem R\$ 37 milhões: R\$ 3 milhões para o Parque dos Búfalos, R\$ 4 milhões para o Parque Cabeceiras do Aricanduva. Isso é líquido e certo. E R\$ 30 milhões vieram carimbados para custeio e manutenção dos parques. Só que o Fundo não pode ter dinheiro para custeio. É proibido. Então, nós estamos na iminência de perder os nossos R\$ 30 milhões se nós não arrumarmos uma forma jurídica, se nós não transformarmos esse custeio em algum tipo de investimento. Veio R\$30 milhões. Quem pôs a emenda talvez tenha tido boa vontade, mas não sabia que o dinheiro desse Fundo, que se chama FMSAI, não pode ser para custeio. Então nós estamos fazendo uma ginástica enorme junto com o Secretário, e Presidente do Fundo, que é o





Fernando Chucre, da Habitação, para ver como nós podemos transferir esses R\$ 30 milhões, que seria a salvação da lavoura para nós, porque R\$ 55 com R\$ 30 dá R\$ 85. A gente poderia segurar os parques até 31 de dezembro. Essa conversa está sendo feita. Além disso, nós também trabalhamos com outras Secretarias, por exemplo, vou dar um exemplo para a Senhora: estive com o Secretário Alexandre Schneider quinta-feira passada, da Educação, e ele me disse, conversando com ele, que ele vai propor e vai fazer de uma maneira transversal, de uma colocação, porque nós estamos muito preocupados com a educação ambiental, a colocação de educação ambiental na grade curricular da Secretaria da Educação municipal para o ano que vem. Palavra dele. Eu acredito nele. Ele é sério. Então, a Senhora imagina quanto isso vai economizar de dinheiro para o Verde na hora que você puder fazer educação ambiental para um milhão e tantas mil crianças, que são crianças que frequentam a rede municipal, na grade curricular. Também procuramos, já que a senhora falou, buscar dinheiro fora, eu estou contando. Também procuramos a Secretaria de Saúde e fizemos uma conversa séria para voltar a parceria que foi extinta entre o Verde e o PAVS. Depois que eu me reunir com o Secretário e com a Secretária Adjunta, já houve várias reuniões na UMAPAZ, com a direção do CADES, e já está havendo trabalho prático concreto na Zona Sul entre nós, porque esses trabalhos eram feitos de uma forma muito miúda por funcionários lá do CADES, com o DGD. Agora nós estamos de cima para baixo. Tem 300 agentes ambientais do PAVS que trabalharam conjuntamente, e inclusive nos ajudarão, nas fiscalizações ambientais e na educação ambiental nos bairros com essa parceria. Terceiro: o Secretário de Transportes. Eu já disse aqui da outra vez, se não me engano, que a licitação do transporte - 20 anos, renovável por mais 20 - não tinha uma linha sobre mudança de combustível dos ônibus de São Paulo. Era a diesel puro. O Secretário Sergio Avelleda, tem alguém aqui da Secretaria de Transportes? Tem alguém que representa o Transporte? É uma Secretaria muito importante, porque 80% dos gases de efeito estufa saem do escapamento da frota. É você? Eu te dou a palavra. Nós combinamos com ele.



Ele está mexendo na licitação para incluir um prazo para a troca do combustível diesel dos ônibus de São Paulo para outro tipo de combustível. Morrem 5.000 pessoas por ano por causa de intoxicação do enxofre do diesel. Então eu dei três exemplos, não vou dar outros exemplos. O Programa Córrego Limpo, por exemplo, que vai ser assinado dia 4. Ia ser assinado hoje, e foi transferido para o dia 4. É uma parceria entre Secretaria de Habitação, Secretaria do Verde, Secretaria de Obras e Sabesp para retomar a revitalização das margens de córrego. Então nós não estamos só chorando o leite derramado interno. Nós estamos buscando alternativas. O Ivan tem sido um gigante para defender que os R\$ 20 milhões que foram ganhos de prêmio da Fundação Bloomberg, baseado na articulação em torno da lei da merenda orgânica, do qual eu fui autor. A Fundação Bloomberg premiou São Paulo com R\$ 20 milhões. Ele está lutando para que parte importante desse dinheiro vá para a agroecologia, ecoagricultura, alimento orgânico lá em Parelheiros que está sendo feito. Já visitaram e tal. Pelo menos R\$ 5 milhões, desses R\$ 20, nós estamos brigando para ir para isso. Nós estamos buscando o dinheiro aonde tem. Estamos fazendo projeto para o C40 - eu estive com o coordenador do C40, Manuel Oliveira-, para Fundação Clinton, para o Fundo do Clima da ONU. Nós estamos atrás, porque senão nós vamos morrer na porteira e não queremos fazer isso.

**Ivan Cáceres (Coordenador)** - Por favor, identifique-se para efeito de ata.

**Cons. Marcos Moliterno:** - Cumprimento a todos os companheiros aqui. Eu não pude vir no mês passado. Cumprimento meu querido Milton Mota - é uma satisfação tê-lo aqui novamente, Milton. Secretário. O secretário de Energia do Estado de São Paulo, João Carlos de Souza Meirelles, está fazendo um grande esforço para conseguir induzir as montadoras de caminhões a aplicar um motor que já existe, e que é o flex-diesel, que é com gás combustível e diesel. Talvez se conversar seja um grande avanço nisso. O que as montadoras precisam é um mercado. E se tiver o mercado de ônibus em um Município como São Paulo, acho que pode alavancar essa história. Obrigado.



**Ivan Cáceres (Coordenador)** - Senhoras e Senhores Conselheiros, vamos dar sequência. Passamos ao primeiro ponto do expediente, que é discussão e votação da ata da 187ª reunião plenária ordinária do CADES. Alguma observação? Alguma correção, manifestação? Coloco em votação. Os Conselheiros que aprovam a ata citada permaneçam como estão. **A ata da 187ª Reunião Plenária Ordinária do CADES está aprovada por unanimidade.**

**Gilberto Natalini (Presidente)** - Uma informação importante para também prestar respeito a vocês: na reunião anterior, em que eu participei, alguém levantou, se não me engano, a Andrea, levantou de que havia uma dúvida sobre aquele Condomínio Raposo. Vai chegar lá no Condomínio Raposo? Desculpe. Então eu ia dar informação...

**Ivan Cáceres (Coordenador)** – Nosso segundo ponto é a posse dos Senhores Conselheiros João Henrique Storopoli e Juacir Bueno de Camargo Júnior como Conselheiros titular e suplente, respectivamente, representando o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, o CREA São Paulo. Queremos também dar posse ao Senhor César Alexandre Fernandes, como Conselheiro suplente e representante da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS). O Conselheiro César Alexandre presente? Ok. Hernandez. As posses estão acolhidas. Os conselheiros considerem-se empossados e sejam bem-vindos. Obrigado. Passamos ao terceiro ponto da pauta: informes. O Secretário já utilizou esse tempo para os seus informes. Vamos ao segundo ponto aqui a entrar é o esclarecimento dos pontos levantados na reunião anterior. A Conselheira Ângela, na reunião anterior, estamos informando a ela que está sendo elaborada uma minuta de alteração do decreto que regulamenta o CADES. Quanto à atualização das Secretarias que compõem o conselho, para que SMU passe a compor o CADES e ter direito a voto. Essa questão da composição do CADES é de acordo, na parte governamental já é estipulada por decreto e por lei. As secretarias têm sofrido alterações na sua configuração ao longo dos governos e, obviamente, a gente tem que obedecer ao princípio da paridade e ver àquelas Secretarias que têm uma interface mais próxima com a



matéria ambiental. Essa questão está sendo avaliada, porque esse decreto está sendo revisto, de maneira que a gente possa contemplar de forma justa e paritária as entidades do setor governamental ou das áreas públicas. Tudo isso tem que ser levado em conta. A Conselheira Andrea Franklin e Sueli Rodrigues levantaram questões sobre o empreendimento Reserva Raposo. Essa questão foi amplamente debatida pelas áreas técnicas internas da Secretaria e foi feito um estudo técnico sobre essa questão do projeto Raposo. Então, tudo o que consta no projeto Raposo foi aprovado no EIA-RIMA. Existe o EIA-RIMA, que é o documento mãe de um processo de licenciamento ambiental, seja em que área for, em qual estrutura. Então, no EIA já tem todo o detalhamento desse projeto Raposo. Foi feito um estudo técnico e nesse estudo técnico todas as pertinentes discussões foram abordadas. Claro que teve uma sequência: aprovação no CADES, emissão da LAI e vai por aí... De qualquer maneira, a infraestrutura urbana necessária para a realização do empreendimento foi discutida no Ofício 14216 da Secretaria Municipal de Transportes, ofício do gabinete. Então tem todo um rol de exigências da Secretaria Municipal de Transportes e, dentre as medidas mitigadoras necessárias para implantação em sequência do projeto, foi levantada toda a questão e proposta ao empreendedor, que cumpriu essas exigências apontadas. Acatado isso tudo, de acordo com o EIA-RIMA, em 7 de novembro de 2016, informando as Conselheiras que levantaram a questão, através do Ofício nº 255/2016 do Gabinete do Secretário Municipal de Transportes foi encaminhada à Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente no qual a Secretaria Municipal de Transportes (SMT) considera que todas as solicitações de ajustes referente ao projeto funcional de acessibilidade e circulação viária foram atendidos, entendendo ser possível aprovar o citado empreendimento no âmbito desta Secretaria. Isso está juntado nas folhas 1264 a 1275 do EIA-RIMA. Então, sob o ponto de vista técnico, o que nos competia informar aos Senhores e Senhoras Conselheiras nós estamos informando. Essas informações integram documentos



oficiais da Prefeitura de São Paulo. Então, essas informações estão dadas e esclarecidas. Pela ordem, a Senhora, por gentileza, identificando-se.

**Cons. Maria Cecília** - Eu quero acrescentar o meu nome ao das duas Conselheiras que levantaram essa questão, porque, no meu entender, a última reunião do CADES que aprovou, ela foi conduzida inadequadamente. Eu não me sinto satisfeita com aquilo que aconteceu naquela reunião. A gente foi impedido, ela foi levada de uma forma que me deixou muito chateada. Eu quero que isso conste em ata, porque naquela reunião quase a gente não se teve a chance, não votaram pessoas a favor e pessoas contra. A Conselheira pediu vistas e simplesmente foi negado o pedido de vistas ao processo. E o que o Senhor Ivan está trazendo é supondo que existe necessidade daquele empreendimento. Então, partindo disso, o Transporte diz que ele atendeu, o outro diz que atendeu, mas, o que a gente questiona, é antes disso. Será que existe a necessidade? Dobrar a população do Raposo Tavares? É mais do que existe tudo de Raposo Tavares, no distrito Raposo Tavares é um impacto violento. Eu sou da área do Butantã. Eu entendo o que significa Raposo Tavares, então eu me incluo. Eu também não fiquei satisfeita da maneira como foi encaminhada essa aprovação no Conselho do CADES.

**Gilberto Natalini (Presidente)** - Respondendo à questão, porque tem algumas outras informações que eu preciso passar para os Senhores. Está bem, quer falar antes Cristina? Eu espero. É sobre isso? Pode falar, e depois eu falo.

**Cons. Cristina Antunes:** - É sobre isso. Eu não vou advogar em nome da Andrea. A Andrea está absolutamente familiarizada com essa questão. E a forma como ela colocou isso no ano passado, Natalini, era justamente questionando tudo isso que foi aprovado. Dizer que foi aprovado, nós sabemos. Na verdade, não vou nem ir mais fundo nisso porque eu posso ofender alguém, mas no ano passado se aprovava qualquer coisa. O que ela está questionando - Andrea, você me corrige se eu não estiver certa - é o risco que isso representa na hipótese de o empreendedor não executar a terceira etapa desse projeto. Terá feito todo o impacto ambiental, terá causado tudo e ele pode simplesmente não cumprir o



restante. Então, a Andrea expôs com toda a clareza. O que está sendo questionado é tudo isso que foi aprovado. Não é por que foi aprovado que a gente pode aceitar. Foi questionada essa aprovação. Eu acho que a gente tem que ter uma leitura um pouco diferente da demanda da Andrea. Ela está botando em cheque justamente tudo isso que foi aprovado.

**Gilberto Natalini (Presidente)** - Ok. Baseado no que Andrea falou, nós fomos atrás do assunto, porque o que ela levantou é que, para dar continuidade ao projeto, havia um compromisso de uma obra viária no local, que desse condições do fluxo, da quantidade de veículos que iriam ser colocados sobre a Raposo Tavares. Foi isso que você levantou. Haveria um condicionante para que isso fosse feito. Nós fomos atrás de verificar com muito detalhe. Conversamos com a Secretaria de Transportes, conversamos com a Carolina. Conversei com o próprio Secretário. Chamamos a empresa lá no DECONT, o Milton participou. A empresa mostrou para nós que o que tinha para eles fazerem até o presente momento, de exigência, e eles fizeram. Essa exigência do Transporte ficou aprovada na época em que a Secretaria de Transportes do Município e o Estado fariam a intervenção final na avenida para dar o fluxo, na exigência, isso é o que foi explicado pela própria Secretaria, que a Senhora fazia parte. Então, se a Senhora está discordando a Senhora precisa ir lá conversar com a Secretaria, porque aí eu vou ficar louco. A senhora fala uma coisa, a sua Secretaria fala outra. Aí tem que ver direitinho, para a gente conversar a mesma linguagem. O que é que ficou combinado? A Secretaria do Verde, para dar qualquer tipo de licença, só vai fazer isso na hora em que houver um compromisso efetivo daqueles que ficaram responsáveis de abrir o fluxo e melhorar as condições de tráfego na Rodovia Raposo Tavares mediante o impacto que vai ter com essa obra lá. Isso ficou combinado em mesa, com a Secretaria de Transportes, com a SMUL, conosco, com a Secretaria de Governo e com representantes do empreendimento. Nós só daremos andamento à licença na medida em que essa exigência for cumprida. Para isso, a gente quer um compromisso da Secretaria de Governo de Estado, de Transportes e da Secretaria Municipal que ficaram de se compromissar



para fazer a obra final naquele trecho. Foi o nosso combinado final. Agora, revogar aquela aprovação, seria muito complicado, muito difícil. Isso daria um problema inclusive jurídico do tamanho de uma onça. Nós vamos exigir que tudo o que foi combinado do ponto de vista técnico para ser cumprido para que nós pudéssemos dar a licença, nós não faremos nenhum movimento de licenciamento se a tratativa toda técnica - e agora parece que a bola toda está no pé da Secretaria de Transportes municipal junto com a Secretaria de Transportes estadual - que vão fazer o final da saída de trânsito lá, uma série de benfeitorias para melhorar o trânsito da Rodovia Raposo Tavares diante da quantidade de veículos que irão para lá. São 50 mil novas casas. Trinta e oito, mas tem uma série de outros adendos e tal, segundo me informaram, vai chegar ao impacto de mais ou menos 50 mil. Então era a informação que eu tinha para dar sobre o caso, dando resposta ao seu questionamento. Qualquer questão outra. Além disso, o que eu falei, eu me coloco à disposição de todo que estão aqui, que têm dúvida, para a gente, ir junto e acompanhar esse andamento que agora não está na nossa mão. Está na mão do governo municipal através do Transporte e do governo estadual também que deve dar a resposta técnica e objetiva prática a esse questionamento. Pois não?

**Cons. Maria Cecília** - Não é só o transporte que me incomoda, porque para 80 mil novas casas ali, se não me engano, eram.... Bom, mas são 20 mil novas casas, né? Supondo que cada casa tenha quatro pessoas, e no Raposo Tavares não existe esse número de pessoas ainda que moram naquele distrito, então a gente tem que pelo menos pensar se vai dobrar o número de escolas, se vai dobrar o número de atendimento de saúde, se vai dobrar toda a infraestrutura. A minha questão não se resume apenas ao transporte.

**Ivan Cáceres (Coordenador)** - Eu errei o número de casas. Cinquenta mil foi o número de habitantes que iam para lá. Então eu corrijo aqui o meu deslize. Mas o que nós vimos lá, o que foi apresentado, é que dentro do empreendimento haverá equipamentos públicos suficientes para atender a demanda lá dentro: creches e escolas. Não, isso foi mostrado no projeto. Se não



é verdade, o projeto é mentiroso. Então tem que anular tudo na justiça. Se não é verdade o que foi mostrado. Então não dá para acreditar em mais nada, porque é o projeto habitacional.

**Cons. Maria Cecília** - Me desculpa, eu falei que era.

**Ivan Cáceres (Coordenador)** - É mentira que vai ter?

**Cons. Maria Cecília** - Não, eu falei que é verdade.

**Gilberto Natalini (Presidente)** - Então é verdade. A preocupação com equipamento público, pelo que foi demonstrado lá, é que a própria obra do projeto vai conter os equipamentos necessários para atender aquele excesso de demanda que vai acontecer com a obra, entendeu? Isso foi colocado lá: o número de pessoas com o número de equipamentos. Isso a gente ficou mais ou menos tranquilizado. Agora o que está dando mesmo na cabeça, é aquela quantidade de carros, que vai virar mais, porque realmente vai entupir. Ontem eu fui ao Cemucam. Quando eu voltei pela Rodovia Raposo Tavares, eu vi o que já é. Imagina o que será se não houver algumas medidas, mas eu espero agora a resposta do Transporte. Ele tem que fazer um compromisso escrito de que vão assumir a solução do problema, com obras que dêem vazão a essa demanda extra que está tendo lá; foi o encaminhamento que nós demos. Aliás, o encaminhamento que era possível dar porque, fora disso, já foi aprovado, já foi emitida uma série de documentos. A gente ficaria numa situação difícil se não fizéssemos o caminho que fizemos.

**Ivan Cáceres (Coordenador)** - Conselheira Ângela, por gentileza, porque precisamos dar encaminhamento à pauta.

**Cons. Angela** - Eu só gostaria de agradecer ao Coordenador Ivan, porque foi registrado, e vai ser analisada futuramente, obviamente, no momento oportuno, a possibilidade da inclusão da Secretaria de Segurança Urbana no CADES, tendo em vista que atualmente nós temos apenas direito a voz e não direito a voto. Muito obrigada.





**Ivan Cáceres (Coordenador)** - Correto. Conselheira Andrea, por favor, identifique-se para efeito de ata.

**Cons. Andrea** - Na verdade eu coloquei na outra reunião, por conta de eu ter sido representante da SMT. Hoje eu não posso falar pela SMT e nem pelas tratativas que a SMT agora está dando para o caso Raposo porque são outras pessoas que estão à frente dessa demanda. Mas na fala do que eu pedi e considerando o histórico que eu tinha, tudo isso que o Ivan falou a gente já sabia. De fato, todo o processo de licenciamento e tudo o que consta no EIA a gente estudou exaustivamente com a câmara técnica durante meses. Então, isso não é novidade. O que foi colocado, e que era a nossa preocupação, as medidas mitigadoras necessárias em função dos impactos do trânsito foram levantadas pela SMT. Então, essa preocupação da colega, da Maria Cecília eu acho que é pertinente, mas em relação à medida isso está tranquilo. A gente sabe o que tem que ser feito. Todo mundo sabe o que tem que ser feito, pautado em pareceres técnicos da CET e da SPTrans. A questão era em que momento isso teria que ser feito, como é que a gente dividiria essas demandas em função das entregas das fases do empreendedor que a gente tinha estabelecido. E isso consta em e-mail que eu troquei com a Secretaria do Verde, Gabinete do Secretário, todo mundo tem essas informações. Nós tínhamos dividido parte dessa demanda, que seria do empreendedor, que são vias internas, mas de impacto imediato no local onde vai ser feito o condomínio, e essas medidas o empreendedor se comprometeu em fazer, só que a gente pôs etapas, prazos, e o compromisso era de que até o final da fase 2 - tem vários compromissos listados -, até o final da fase 2; então, qual era a ideia? Na fase 2 ele teria, se não me engano, a entrega de 8.000 unidades que prevê quase 30 mil pessoas. Nossa preocupação é que quando essas pessoas já estivessem lá, alguma parte estivesse sendo entregue pelo empreendedor. Isso consta aquisição do terreno para fazer o terminal, a construção do terminal e alguns viários. Outra parte dessa demanda o empreendedor tinha pleiteado que não fosse compromisso dele, porque ele argumentava que ele não poderia implantar toda a falta de infraestrutura só por



conta do empreendimento dele. Isso estava posto e a gente entendia que se não fosse, e também não era nosso mérito dizer é o empreendedor não é, mas alguém da Prefeitura ou algum instrumento teria que cravar que essa demanda seria feita por alguma Secretaria e aí se colocou: bom, então vamos tentar fazer um convênio, estabelecer algum diálogo com o Estado para começar a construir isso. No fundo, a gente quis provocar essa fala para que não ficasse só na intenção. Que a gente conseguisse dar uma licença amarrando essas questões. E o que nós percebemos? Tem uma das exigências que fala que ele tem um compromisso de buscar essa tratativa. Só que essa primeira fase, que era compromisso dele entregar no final da segunda fase, na licença jogaram isso para o início da terceira fase. E tem muita diferença, porque ele pode, hoje, pelo que está escrito, terminar a segunda fase e não ter cumprido a demanda. Era essa a preocupação que nós queríamos que o licenciamento apontasse na licença de instalação. Quando derem uma licença de instalação, ele pode já começar uma obra, ele pode começar a vender esses empreendimentos, e a gente tem que ter a garantia de que há infraestrutura quando essa segunda fase ficar pronta, estará de acordo. E aqui eu não coloco, eu nem tenho essa competência de colocar, tudo do empreendedor. Eu só coloco, eu coloquei na época, como representante da SMT, a preocupação da cidade estar entregando 8.000 unidades e saber que nesse momento o licenciamento tem que ter costurado, porque esse é o papel do licenciamento. Se não é no instrumento desse empreendedor, mais da gente, como poder público organizado, tem que saber dar resposta a essa questão. E eu tinha colocado isso dentro de um cenário que foi como Conselheira do CADES na SMT. Hoje, como tem outra equipe, eu acredito que eles estarão cuidando disso e, principalmente, que o DECONT vai amarrar isso na licença de instalação que, a meu ver, eu acho que é a pior questão. Ótimo, obrigada.

**Ivan Cáceres (Coordenador)** - Dando prosseguimento, Senhoras e Senhores, porque ainda tem uma pauta longa para ser cumprida. Na parte de informes, informamos que conforme editais que já foram publicados, realizaremos



duas audiências públicas, sendo a primeira no dia 6 de abril no Espaço Villa Lobos, às 18:00, que vai tratar do Estudo do Impacto de Vizinhança, EIV-RIV, referente ao empreendimento São Paulo Plaza Shopping, na região do Jaguaré. A seguinte audiência vai ocorrer no dia 11 de abril no Espaço Porte, às 18:00, referente ao Estudo de Impacto de Vizinhança, o EIV-RIV, também da implantação de empreendimento, na Rua Caraguataí com a Rua Bonsucesso, no Tatuapé. Lembramos que foram enviados os convites por e-mail a todos os Conselheiros. Passamos agora ao quarto ponto da pauta, que é sugestão para inclusão na pauta desta reunião. Se alguém tiver alguma sugestão para inclusão nesta reunião, eu peço para que o Secretário-executivo faça a anotação e que o Conselheiro que tiver a sugestão se pronuncie, por gentileza.

**Cons. Sueli** - Bom dia a todos, Sueli, do CEMAIS de São Mateus. Dentro da questão dos informes, isso vai ser passado para os Conselheiros em outro momento dar os informes? Ou pode ser agora? E inclusão de pauta eu trago a solicitação de inclusão para a gente discutir a questão de resíduos nas áreas de parque - resíduos religiosos. Nós temos um TCC, nossa estagiária do CEMAIS fez um TCC sobre essa questão dentro do parque natural Fazenda do Carmo, em que eu também sou Conselheira. Essa discussão é contínua e ela fez um TCC sobre esse tema. Eu gostaria de pedir a inclusão de pauta para fazer a apresentação desse trabalho dentro da reunião do CADES, para a gente abrir a discussão sobre os resíduos religiosos nos parques municipais. E a questão dos informes, se eu posso dar agora ou se vai ser em outro momento.

**Gilberto Natalini (Presidente)** - Resíduo religioso, pelo que consta, é proibido. Se tiver resíduo religioso, vai ser tratado como resíduo sólido, com todo o respeito, com toda a atenção - eu respeito muito as religiões, mas parque não é lugar para fazer ato religioso. Então, resíduo religioso não tem muito que discutir. Será considerado resíduo sólido e será retirado como um resíduo sólido qualquer. É a resposta nossa. Aliás, recebi ontem uma foto desse tipo de atividade e pedi para ir lá retirar normalmente. Deixá-la por um período, para ver se alguém viria buscar. Se ninguém vier buscar, vai para o lixo comum. Infelizmente essa é a



regra e a gente tem que fazer isso não para o mal, para outra religião, mas para todas. Inclusive atos religiosos em parques são proibidos. Tem alguém que tem insistido em fazer algumas denominações religiosas. Eu já avisei aos chefes das igrejas, aos chefões, que não será permitido, que se foi permitido no passado não será permitido - nem missa, nem culto evangélico, nem umbanda, ninguém. O estado é laico. A regra clara, a não ser que mude a regra, se mudarem as regras a gente obedece, mas por enquanto tanto o que é deixado de culto religioso, como culto religioso em parque é proibido. Não pode ser feito. É proibido pelas regras atuais. Não sei se isso responde à sua pergunta. Aonde tiver, manda para nós que nós tomamos as providências.

**Ivan Cáceres (Coordenador)** - Concluído?

**Cons. Sueli** - Posso complementar? Na verdade, Secretário, é um anseio que a gente pudesse abrir essa discussão. É proibido. A gente sabe que é proibido, mas o ato existe, acontece. Ele é um infrator, lógico, está descumprindo, ele é um infrator, mas talvez pudéssemos ter um olhar para isso.

**Gilberto Natalini (Presidente)** - Podemos fazer isso em uma próxima ocasião? Porque acho que incluir isso em uma pauta, em uma reunião que tem uma pauta imensa, algo tão polêmico, tão difícil de a gente decidir. Acho que é melhor marcar para uma próxima pauta. A gente coloca o seu pedido, já está anotado. Por favor, Edson, colocar para uma próxima vez.

**Cons. Sueli** - Nem era para colocar na pauta hoje. Eu só estou trazendo a questão que a gente está discutindo dentro do parque natural Fazenda do Carmo. Eu quero saber sobre os informes. Pode ser agora ou depois.

**Gilberto Natalini (Presidente)** - Perfeito. Teria que mudar a regra. As regras de regimento, as regras legais de comportamento em parque, isso é uma discussão que nós podemos fazer. Não tem problema. Estamos abertos a isso. Se a maioria for a favor, a gente faz os encaminhamentos devidos.

**Ivan Cáceres (Coordenador)** - Perfeito. Só um esclarecimento. Essa sugestão de inclusão de pauta é para ser discutida no final da reunião. Eu não sei se a



Conselheira está satisfeita com a resposta do Secretário, do Presidente. Se não estiver, a gente pode incluir no final da reunião, como é a proposta da ordem do dia, ou incluir em outra reunião.

**Cons. Sueli** - É para uma próxima reunião. A solicitação não é para essa.

**Ivan Cáceres (Coordenador)** - Perfeito, porque nesse momento é para esta reunião. Conselheira Cristina, por favor.

**Cons. Cristina Antunes** - Eu quero solicitar que no final da reunião seja discutido uma proposta de manejo, de parceria da sociedade civil com a Secretaria para fazer manejo básico de vegetação. É um projeto que já foi aprovado e eu gostaria de avançar um pouco nisso.

**Ivan Cáceres (Coordenador)** - Perfeito. Incluído esse tema para discussão no final desta reunião. Bom, eu quero lembrar às Senhoras e aos Senhores Conselheiros que, foi enviado a todos um e-mail com o formulário de cadastro e de câmaras técnicas. A gente pede que todos preencham esses formulários, para que a gente possa ter esse material em mãos para eventual formação das câmaras técnicas do CADES. Aqueles que não receberam por e-mail, por gentileza se manifestem, para que possamos enviar novamente à todos os Senhores. Bom, cumprida essa etapa, passamos agora ao primeiro ponto da ordem do dia, que é deliberação das diretrizes anuais para a utilização dos recursos do Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (FEMA) para o ano de 2017. Nós, na reunião anterior, já expusemos esse assunto e foi, por sugestão dos Conselheiros e das Conselheiras, foi concedido o prazo para apresentação de proposta de alteração. Aquelas que foram enviadas dentro do prazo e que foram consideradas tecnicamente pertinentes foram acatadas. Então nós temos aqui já formatada a definição do texto de diretrizes do FEMA para 2017. Eu não sei se é o caso de discutir isso aí, ponto a ponto, porque isso já foi discutido na reunião geral. Em sendo assim, aberta a manifestações, para depois ser colocado em votação. Por favor, Conselheira Cristina.



**Cons. Cristina Antunes** - Nós temos tido umas discussões paralelas aqui a respeito disso, mas na reunião anterior a gente já levantou a informação, já deu a informação de que no mandato anterior foi feito uma nova resolução, foi produzido um trabalho por um grupo de trabalho formado aqui dentro do CADES, do qual participaram Cristina, da OAB; Karine; Márcio, da FIESP; Cristina, da Ciranda; Magna, da SAJAPE; Ivo, Simone, da UMAPAZ; Bia, da UMAPAZ; Clotilde, do CADES; Rute, do CADES; sob coordenação da Mônica Borba. Esse grupo foi formado justamente para discutir qual seria o formato dessas diretrizes, para evitar que houvessem os abusos e os mal usos que foram praticados na gestão anterior e a respeito dos quais há uma representação no Ministério Público que reconhece que houve abuso e que abriu um inquérito civil. Toda a Secretaria recebeu todas as comunicações. Esse processo está em andamento, baseado exatamente na avaliação que nós temos de que foi usado dinheiro que não faz parte da missão do FEMA. Várias dessas pessoas desse grupo de trabalho estão aqui presentes. Existe agora uma divergência de entendimento, porque esse trabalho foi aprovado na reunião de março do ano passado e deveria ter sido implementado. A gente sabe, porque nós temos representantes no FEMA, que ela não foi implementada integralmente, até aonde gente tem a informação não, o Secretário no dia que isso foi aprovado no pleno do CADES, o Secretário disse assim: "tá bom, eu aprovo, mas se eu precisar de dinheiro eu vou usar". É uma das questões que a gente colocava. Eles estavam usando para manejo, para cumprir obrigações de orçamento. Isso foi muito debatido no ano passado. Esse grupo fez um trabalho muito cuidadoso, produziu um trabalho interessante e, claro, que define com mais clareza o que pode e o que não pode usar com o dinheiro do FEMA. Eu posso estar errada - depois eu peço que confirmem -, mas eu sei que a partir de julho do ano passado não teve mais reunião do FEMA, e a gente recebia as comunicações assim: reunião suspensa por falta de processo, por falta de projeto. Foram sucessivas reuniões suspensas por falta de projeto. Eu não vou entrar aqui na discussão de como foi usado o dinheiro do FEMA no ano passado. Eu só estou colocando que esse



trabalho foi feito exatamente para moralizar o uso do dinheiro do FEMA e, na reunião anterior, eu coloquei esse assunto, mandei para a Secretaria esse arquivo e eu tenho uma informação - nem vou avançar muito, viu Natalini? - mas, enfim, o que nós estamos solicitando é que esse documento que está sendo colocado mesmo com essas sugestões complementares não seja o documento que vá ser a referência para este ano, porque existe um documento posterior, aquele preliminar que já alterou essas diretrizes, já deu uma nova redação e deu uma organização, para não virar casa de mãe Joana como virou na administração anterior, em que valia dinheiro para tudo, inclusive empréstimo para Secretaria de Transportes fazer ciclovia que nunca mais voltou para o FEMA. Então, Secretário, a gente precisaria que voltasse, a gente insiste nisso. Isto aqui não foi um trabalho pequeno, foi uma dedicação de seus Conselheiros para trabalhar nisso. Fizemos reuniões fora das reuniões do CADES, tal como a gente faz nas câmaras técnicas, mas foi um trabalho sério, competente, por ambientalistas, pessoas que têm formação técnica para fazer, em respeito à legislação. Ninguém infringiu a legislação federal estadual, municipal. As diretrizes do CADES têm que ser aprovadas por esse Conselho; então, o que esse conselho aprovou na legislação anterior é a resolução que está valendo. Se isso daqui, como foi alegado para a gente, não consta nada, o buraco é muito mais embaixo, porque isso foi aprovado em reunião e deveria ter constado. Se não consta na ata, eu solicito ao Secretário que seja trazida a gravação daquela reunião em que isso foi aprovado. E solicito que esse documento não seja votado hoje nem que a gente tenha que marcar uma extraordinária para a semana que vem, mas para esclarecer essa situação, e que seja distribuído para todos os Conselheiros esse documento que eu pedi que fosse entre a primeira reunião, a primeira convocação, e a convocação que foi cancelada.

**Ivan Cáceres (Coordenador)** - Por favor, alguém mais? A senhora, por gentileza, seja breve, porque nós temos que dar sequência à pauta. Por favor.



**Cons. Maria Cecília** - O meu nome não foi citado pela Cristina, mas eu estive lá na UMAPAZ e participei das primeiras reuniões e facilmente eu posso mostrar, se vocês olharem isso que está trazido aqui, já foi rapidamente comentado, porque ele tem itens de transporte em diferentes lugares. É uma coisa totalmente ó... Só para dar um exemplo: ele fala apoio ao uso da modalidade não motorizada de transporte, isso no item 11. Depois no item 9, apoio à política de incentivo. Ah meu Deus, no item 16, apoio ao uso de modalidade alternativa de transporte sustentável. Então é quase a mesma coisa. Então esse trabalho que foi feito, de que eu participei apenas de uma, mas as Conselheiras continuaram, tentaram agrupar isso por temas. Vocês lembram? Eu lembro que eu participei disso. Então é isso. Porque se a gente voltar a isso, a gente vai voltar um passo para trás, a gente já trabalhou sobre isso.

**Cons. Cristina Antunes** - Desculpe, eu realmente omiti, porque estava aqui para baixo na minha página. Além dos nomes que eu citei, a Ana Beatriz, que é lá da Secretaria do Verde, Ângela Branco, da Segurança Urbana, e a Maria Cecília tiveram nessas reuniões. Mas o que eu estou solicitando é que não seja discutido isso hoje, que a gente mande para os Conselheiros este trabalho, que, como a Maria Cecília falou, está numa organização temática - são seis temas: água, áreas verdes, educação ambiental, cultura de paz e comunicação, consumo e descarte sustentáveis, água, mobilidade, e mudanças climáticas -, no que isso tenha uma interface, no que isso venha a ter uma interface com outra Secretaria, isso aqui vai ser discutido no FEMA. Nós propusemos inclusive que fosse criado um grupo de trabalho no FEMA para aprovar o que é encaminhado, porque vem de dentro da Secretaria a pedido das outras Secretarias. Quando chega no FEMA, na verdade, já vem com um parecer favorável da câmara que analisou, e os Conselheiros pouco podem fazer com relação a isso. Nada disso foi implementado, mas foi aprovado no CADES. O CADES não pode simplesmente ser ignorado com relação a isso. Então, vou insistir: eu entendo que não deve ser considerado esse documento que está na tela, entendo que a gente deva distribuir este documento a todos os





Conselheiros para que todos os Conselheiros - pelo menos para que os novos tomem conhecimento - e se não consta em ata - isso vai ser um problema muito sério, se não consta em ata, que seja liberada a gravação. As nossas atas, na verdade, são transcrições da gravação.

**Ivan Cáceres (Coordenador)** - Apenas uma informação técnica a todos os Senhores e as Senhoras Conselheira, à mesa do CADES. É uma informação técnica sobre esse tema. Aqui nós estamos discutindo diretrizes para o ano de 2017. As diretrizes estão expostas em tela. A Conselheira levantou agora a pouca a questão do item 11- apoio ao uso de modalidade não motorizadas de transporte. Isso está dentro das leis ambientais nas três esferas da União. O item 16 - apoio ao uso de modalidade alternativa de transporte sustentável - também está no escopo de todas as leis ambientais - me permita concluir - das três esferas da União, porque incluindo o carro elétrico, ônibus elétrico. Então são outras alternativas. E só uma explicação que nos cabe passar ao demais Conselheiros: o FEMA tem uma lei que dispõe sobre a sua organização, sobre como ele capta os recursos, como ele se mantém. A origem dos recursos do FEMA pode ser da fonte 00, que é Tesouro municipal; 02, União; ou 08, Estado; assim como da iniciativa privada. Ele pode receber inclusive doações de pessoa física. O FEMA está apto e aberto a receber e constituir o seu orçamento com essas fontes de recursos. É muito claro na lei de que constituiu FEMA está a finalidade, o escopo e o objeto da aplicação dos seus recursos. Está lá, muito claro. Aquele que eventualmente, neste Governo, passado, futuro, venha a descumprir a lei, ela está muito clara. Existe o Tribunal de Contas, que audita e fiscaliza as Secretarias de um modo geral e os governos. Existe o Ministério Público. A autoridade que infringir a lei que organiza e dispõe de como serão aplicados os recursos do FEMA, eles irão responder. Se aplicaram de forma equivocada, intencional ou não, ou por necessidade - não vamos discutir, não cabe discutir isso agora - elas vão responder aos foros necessários. O Tribunal de Contas está aí para isso. O Ministério Público está aí para isso. Isso aqui que nós estamos discutindo hoje são diretrizes, diretrizes, que eu disse, contemplando a interface do FEMA e da



Secretaria do Verde e Meio Ambiente com as três esferas da União, incluindo mobilidade, sim, incluindo transporte, sim, entre outros aspectos. As diretrizes não devem ser específicas, não devem ser genéricas, e sim devem ser abrangentes, contemplando todo o cipoal de lei que trata de meio ambiente e sustentabilidade. Senhoras e Senhores Conselheiros, são as considerações técnicas que eu trago às Senhoras e Senhores. Por gentileza, a senhora.

**Cons. Maria Cecília** - Eu só quero esclarecer, Ivan, que eu não sou contra. Acho que você não me entendeu. Eu só quis dizer que é um documento mal elaborado, porque pode juntar por tema. Você não me entendeu. Eu não acho que deva não constar, não foi isso o que eu falei. Eu falei que a gente pode agrupar, deixar mais claro, porque parece repetitivo. Diz uma coisa lá, depois diz uma coisa embaixo, ou seja: você fala da função de todos os outros, dos que vão verificar a adequada utilização dos recursos, mas nós também temos uma função, e a gente trabalhou em cima disso para fazer uma diretriz que ficasse mais clara e fácil, ou seja, a gente contribuiu. Foi a nossa contribuição. É sobre isso que a gente está se colocando. A gente está voltando atrás.

**Ivan Cáceres (Coordenador)** - Certo. Conselheiro, identifique-se, por favor.

**Cons. Marcelo** - Eu só queria passar a palavra à Conselheira suplente Patrícia Sepe, que tem alguma matéria a tratar sobre esse assunto.

**Cons. Patricia Sepe** - Bom dia a todos, bom dia, Secretário, bom dia, Ivan. Eu queria fazer uma ponderação e uma sugestão. Creio que, pela minha sugestão, talvez vá ser aplicado durante todo o ano. Eu só queria historiar - alguns Conselheiros mais antigos se lembram - que quando o Fundo foi criado existia a necessidade de que a Secretaria construísse um diagnóstico de como estava a situação ambiental da cidade ao longo dos anos e trabalhar com indicadores. Isso estava na lei que criou a Secretaria e no decreto que regulamentou o FEMA. Posteriormente, em 2009, quando houve alteração da lei que alterou a Secretaria, para a minha tristeza isso foi suprimido. Acho que os



Conselheiros se recordam que o corpo técnico da Secretaria do Verde construiu dois diagnósticos, que foram referências não só no Brasil, que são os indicadores do Geocidades, e que não teve continuidade depois, porque a lei de 2009 suprimiu isso. Não digo para este ano, mas eu gostaria que coubesse aqui a solicitação de que se construísse uma câmara especial, um grupo técnico especial dentro do CADES, como foi em 2002, na gestão da Secretária Stela Goldenstein, quando esse Conselho pensou em indicadores e diagnóstico. E que isso voltasse, mesmo que não estivesse, ou que não esteja mais na lei, acho que é crucial a gente saber que esse Fundo tem uma história de sucesso muito importante. Acho que nos últimos 10 anos ele foi um dos Fundos ambientais que mais financiaram projetos no Brasil. Se você compara o valor que ele já aplicou - a gente está com um projeto bem específico, do qual a Secretaria do Verde também está trabalhando, que é a questão do apoio à agricultura sustentável na Zona Sul, que a gente ganhou um prêmio da Fundação Bloomberg. Uma das coisas que a gente está avaliando, Ivan, é o quanto do FEMA já apoiou a agricultura. Isso se a gente tivesse indicadores e um diagnóstico, acho que ajudaria essa insegurança que hoje - não sei se é insegurança -, mas essa questão que vocês colocam. Para este ano não, mas se fosse criado é a minha sugestão. Eu me proponho também ajudar. Sou Conselheira, estaria nessa comissão. Acho que é isso. Estava pensando em mais uma questão, mas eu me esqueci, mas eu agradeço. A minha contribuição seria essa, então.

**Ivan Cáceres (Coordenador)** - Obrigado, Patrícia. Conselheiro a Cristina, por favor.

**Cons. Cristina Antunes** - Ivan, essa questão de diretrizes, de que não tem uma especificidade, fica vago. As pessoas podem interpretar do jeito que quiserem. Eu vou dar um exemplo usando os dois primeiros tópicos: proteção e defesa à biodiversidade, áreas verdes e parques urbanos lineares e naturais; segundo, proteção dos recursos hídricos. Com base nesses dois itens, nós tivemos no FEMA uma solicitação de uma empresa que faria a transposição da Billings por balsa, por barca. O proponente chegou a trazer detalhes da barca, da



embarcação. E nós perdemos uma reunião inteira para dizer que "não, não é isso". Ele dizia "isso aqui vai melhorar a preservação ambiental do lado de São Paulo", porque era para ir até o outro lado, o ABC. Então, mais uma questão que caberia, se tivesse algum sentido, na Secretaria Estadual. Isso tudo aqui dá margem a interpretações, dá margem a solicitações. A gente jamais deveria ter dado dinheiro para ciclovia. Ciclovia, o equipamento, não melhora o meio ambiente. Tudo melhora o meio ambiente. Então, meio ambiente é transversal a todas as ações de qualquer Administração. Então enxugaram o tema. Agora, a Secretaria dos Transportes tem fundo, a Secretaria de Saúde tem um fundo. Nas nossas propostas aqui - eu gostaria que vocês se dedicassem um pouco a ler - tem essa restrição. A gente não pode dar dinheiro para uma Secretaria rica como é a dos Transportes sob alegação de que isso é ambiental, tem um efeito ambiental. O que esse trabalho faz, Ivan, não é infringir as leis municipais, estaduais e federais. Ele joga luzes, para ficar mais claro o que pode o que não pode. Isso que foi dito - desculpe, eu não registrei o nome da sua suplente, a Patrícia -, isso foi dito na reunião em que foi criado esse grupo de trabalho. Está aqui no meu caderno: diagnóstico ambiental da cidade de São Paulo. E eu mesma perguntei: mas existe esse diagnóstico? Eu nunca ouvi falar. Foi dito que deveria ter sido aprovado no CADES 65 dias depois da criação do CADES. Então, tem deficiências para trás. Esse trabalho é para tentar suprir essas deficiências e não permitir essas interpretações. Não está indo contra a lei. É uma decisão do CADES que foi tomada no ano passado justamente para garantir usar melhor o dinheiro do FEMA.

**Ivan Cáceres (Coordenador)** - Rapidamente, eu explico porque proteção dos recursos hídricos é diretriz. Porque elas são amplas. São Paulo está retomando, o Município de São Paulo, está retomando o programa Córrego Limpo, está retomando o Defesa das Águas. É luta do nosso Secretário e Presidente. Está sendo assinado o termo de cooperação entre o Município de São Paulo e o Governo do Estado. Principalmente no Córrego Limpo, em que o Verde tem uma interface muito forte, que é o plantio de arbusto adequado ou de vegetação



adequada àquele território. Proteção de recursos hídricos é uma diretriz abrangente. Ela não pode ser específica. A outra questão: proteção e defesa à biodiversidade - a senhora permita eu concluir, eu esperei a senhora falar - proteção e defesa a áreas verdes, parques urbanos lineares e naturais. Por exemplo, o manejo das áreas naturais. Nós temos projeto de manejo da APA Bororé, Capivari-Monos. Deve ser feito, sim, com recursos do FEMA. Você tem que fazer tratamento de esgoto, porque tem parque que tem esgoto. Nós temos o Parque Chico Mendes, em que as águas pluviais, por uma contenção mal feita, quando vem uma chuva forte essa água e entra com uma enxurrada muito forte, arrastando tudo dentro do parque. É uma intervenção que pode, sim, ser feita com recursos do FEMA. É previsto para isso. É defesa do meio ambiente e defesa daquele patrimônio ambiental do Município de São Paulo. O Conselheiro havia pedido a palavra. Por gentileza, Conselheiro.

**Cons. Alessandro Azzoni** - Bom dia, Senhoras e Senhores. Só fazendo uma correção: diretrizes não é especificidade. Ela não tem que ser específica. Conforme a definição aqui, são orientações guias e rumos, são linhas que definem e regulam (falha áudio). Só para corrigir um pouco a discussão: diretrizes são orientações, guias e rumos, são linhas que definem e regulam um traçado ou um caminho a seguir. Na questão ambiental - eu atuo nessa questão ambiental -, ela é muito ampla. Eu sempre fui um defensor de que quanto mais amplas forem as diretrizes mais opções nós podemos abarcar. O nível de evolução da área ambiental pede essa amplitude, porque se realmente nós fecharmos o tema, deixarmos específico, quando a gente tiver uma derivação... Por exemplo: a parte dos recursos hídricos. Se você cercar muito, de repente em algum outro tema que a gente poderia abordar, ele vai estar fechado. Nós não poderemos fazer porque nós fechamos aquele tema. E a questão ambiental cada dia ela evolui mais. Cada dia mais a proteção ambiental tem que ser buscada. E eu acho que essas diretrizes têm que ser amplas e a especificação dela tem que ser definida dentro da aprovação. As diretrizes têm que ser amplas, gente. É uma linha, é como nós vamos usar esses



recursos. Elas têm que ser o mais amplo possível dentro das esferas. Então eu acredito que essa discussão, se a gente fechar, nós vamos engessar de repente o Fundo para uma determinada ação que deva aparecer no futuro e nós não vamos poder fazer porque está fora desse rol de diretrizes. Não vamos perder o foco dessa questão. O objeto maior é a proteção ambiental, gente. Obrigado.

**Ivan Cáceres (Coordenador)** - Conselheira Cristina havia pedido e eu já passo para o senhor. Só porque ela havia pedido primeiro. Para concluir, por gentileza, Cristina, para avançar na pauta.

**Cons. Cristina Antunes** - Eu vou reiterar: precisa ler este documento. Está aqui: recursos hídricos. Nós não excluímos o que estava nas diretrizes. A gente organizou para não dar margem a essas interpretações nefastas. Por que fazem caber qualquer coisa. Azzoni, você estava no ano passado, quando a gente discutiu isso aqui. Esse trabalho foi apresentado, foi discutido pelos Conselheiros. Nós não estamos infringindo nenhuma regra. Nós estamos organizando e colocando por categorias, para evitar, por exemplo, que a gente vá dar dinheiro para ciclovia.

**Ivan Cáceres (Coordenador)** - Conselheiro, por gentileza, identifique-se para efeito de ata.

**Cons. Walter Pires** - Duas questões. Primeiro eu acho que, no mínimo, essa divisão por categoria ajudaria a tornar mais clara a sequência de diretrizes que estão sendo propostas para o FEMA. Acho que no passado já foram aprovadas diretrizes com esse tipo de organização e informação. Elas realmente se sobrepõem, não há uma gradação de temas, enfim. Acho que já seria uma contribuição importante. Segundo: acho que vários Conselheiros retornaram, ou são novos, e a gente não conhece esse documento. Seria interessante que está sendo debatido sem que seja explicitado com mais clareza. A segunda questão, eu não sei se há um prazo para que o FEMA, para que essas questões sejam aprovadas com validade, enfim. Então isso é preocupante, mas eventualmente, havendo possibilidade, de se reagendar ou debater com mais clareza essa



contribuição que foi feita no passado, talvez seja uma maneira de formular melhor as diretrizes. E eu concordo com o Conselheiro Azzoni: acho que são diretrizes, têm que ser abertas, possibilitando variáveis de aplicação, mas não me parece que a proposta que foi encaminhada no ano passado seja de restringir isso. É organizar melhor e impedir que certas práticas não adequadas sejam aprovadas pelo FEMA. Me parece que, eventuais propostas que não sejam contempladas diretamente numa diretriz, talvez pudessem se trazer para o Conselho, que o FEMA traga para o CADES para uma discussão específica de um tema que não foi previsto, digamos assim, nas diretrizes. Se ele for importante, se ele for relevante, o Conselho pode rever essa posição, me parece.

**Ivan Cáceres (Coordenador)** - Conselheiro, só respondendo. Dentro da proposta deles está aqui "proteção dos recursos hídricos". Aí ela entra no capítulo 21, aqui no item 21: "apoio a projetos, programas e atividades de educação ambiental" e ela vai muito na generalidade. Então a diretriz - claro, sem prejuízo, não há nenhum flagrante, nenhuma ilegalidade o que vocês estão propondo. Ninguém disse isso aqui, absolutamente. É uma contribuição. Agora, o que nós estamos discutindo é sob o de vista técnico. Nós não estamos invalidando esse documento. Esse documento está chegando agora no início dessa gestão. Nós temos um prazo para aprovar as diretrizes do FEMA assim como essa, não fere nenhum princípio. Agora, a preocupação da Conselheira Cristina é muito justa. Ela tem razão. A utilização indevida de recursos do FEMA, ou seja, de qualquer Fundo - o Fundo de Saneamento Ambiental e Infraestrutura - tem limites. Esse também tem. A lei está aí. Ela está clara. Você não usou adequadamente um recurso, como dispõe a lei, você vai responder por isso, perfeito? O que nós não podemos é segurar o FEMA. Nós estamos reativando o FEMA. Não tinha nenhum projeto em janeiro de 2017. Hoje nós estamos com 59 projetos cadastrados, que estão sendo analisados pelas áreas técnicas da Secretaria, todas as áreas contribuíram. A Patrícia já foi embora, mas aquele estudo dos gases do efeito estufa está sendo reativado, vai ser retomado pelo FEMA. A área de agroecologia, como foi dito aqui, nós temos participado de



várias frentes para impulsionar os investimentos na área de agroecologia. Então essas preocupações, a Cristina, ela tem razão. Existe uma preocupação, porque já houve exemplos. É justa. Agora, Cristina, isso não tem nada a ver com as diretrizes. O descumprimento da lei é outra coisa. O Ministério Público está aí, o Tribunal de Contas está aí para isso, perfeito? Agora, claro, pode-se aperfeiçoar, mas dentro de um prazo, dentro de uma discussão. Não aqui agora, onde nós assumimos uma gestão. Temos um prazo para aprovar isso, para lançar os editais do FEMA. Dentro dessa linha que eu falei. Eu tenho prazo, nós temos prazo, a Secretaria tem prazo. A Conselheira havia pedido. Pois não?

**Gilberto Natalini (Presidente)** - Se você me permite, eu quero fazer uma proposta na linha da conciliação. Eu concordo com o que a Cristina está dizendo, dos exageros que houve no uso do dinheiro do FEMA. A preocupação é justíssima, muito justa. Eu queria propor o seguinte: nós precisamos das diretrizes. Por exemplo: nós precisamos encaminhar o projeto para a fiscalização digital, informatizada, com tecnologia de informação. E nós precisamos avançar no projeto. Se a gente demora a aprovar as diretrizes, nós não podemos enviar isso. Existe uma maneira de você fiscalizar por cima a cidade que é extremamente complexa e eficiente. Para vocês terem uma ideia, o equipamento que nós estamos vendo, ele lê por cima a clorofila da copa das árvores e diz se a árvore está doente ou se ela está saudável. Imagina vocês o avanço que nós vamos ter. Então nós precisamos ter as diretrizes aprovadas para encaminhar os projetos. O inventário de gases de efeito estufa é outra questão e há outras questões. Eu queria propor o seguinte: vamos ver se vocês aceitam. Se vocês não aceitarem, a gente volta a rediscutir aqui. Não, criar grupo não, já foi criado grupo, aliás, nas atas não tem nada de aprovação do que o grupo produziu. A minha proposta: aprovamos isso aqui que nós trouxemos, distribuímos o que o grupo fez para todos os Conselheiros, todo mundo lê, aí você libera a gente para uma reunião do CONFEMA que para a gente levar os projetos para dar andamento. E, daqui a 30 dias, na próxima reunião, todo mundo discute. Nós vamos estar abertos. Eu estou pessoalmente para receber quem quiser, até





pessoalmente, para discutir. A gente reavalia as diretrizes em 30 dias, de acordo com as opiniões que foram dadas aqui. Se tiver que mudar, alterar as diretrizes, não tem nenhum problema. A gente está aberto, altera as diretrizes, restringe mais, coloca mais travas, coloca a questão dos indicadores que a colega comentou. Então a gente ficaria com essa proposta. Não sei se vocês topam. Ou vocês não topam. (ecoa uma "Não"). Então, nós vamos ser obrigados a colocar em votação.

**Cons. Célia Marcondes** – Natalini, a gente propõe o contrário: que seja distribuído o documento para todos e que na próxima, com segurança absoluta, a gente já possa decidir.

**Gilberto Natalini (Presidente)** - Dentro de 30 dias?

**Cons. Célia Marcondes** - Dentro de 30 dias, ou até antes. Agora, esse projeto que o Senhor tem...

**Gilberto Natalini (Presidente)** - Dentro de quantos dias?

**Cons. Célia Marcondes** - Encaminhe, encaminhe, porque ele pode ser a posteriori resolvido.

**Gilberto Natalini (Presidente)** - Dentro de quantos dias você propõe?

**Cons. Célia Marcondes** - Quantos dias? Uma semana!!! Para distribuir e as pessoas manifestarem. Então a nossa proposta é essa.

**Gilberto Natalini (Presidente)** - Eu quero consultar os Conselheiros, se alguém está contra a proposta que elas trouxeram. Ao invés de aprovar em 30 dias, revisar de acordo com a opinião de todos que lerão o documento, não aprovar nada hoje, dar 15 dias, convocar uma nova extraordinária é o que vocês estão propondo.

**Orador Não Identificado** - Exato (áudio baixo)

**Gilberto Natalini (Presidente)** - Daqui a 15 dias ter uma ordinária. Então fazemos a ordinária. Alguém está contra o que elas levantaram? Alguém está contra? Então



tudo bem. Alguém quer levantar alguma questão contrária a contraproposta delas?

**Cons. Walter Pires** - A dúvida é só se existe um prazo formal que tem que ser aprovadas as diretrizes. É antes da reunião do Conselho? Ou em 15 dias seria possível?

**Gilberto Natalini (Presidente)** - O prazo seria o seguinte: não tendo as diretrizes, a gente não pode aprovar os projetos no CONFEMA. Então, nós vamos ficar mais esse período presos, porque nós não podemos aprovar. Embora alguém tenha dito que pode, mas realmente não há possibilidade. Então a gente esperaria, vamos dizer, mais 15 dias.

**Cons. Rosa Ramos** – Secretário, seria possível a aprovação dessas diretrizes por um prazo determinado? Ao invés de nós aprovarmos ele para a gestão, aprovarmos, por exemplo, para 30 dias, para essas questões emergenciais poderem ser levadas adiante.

**Gilberto Natalini (Presidente)** - Vocês não concordam...

**Cons. Rosa Ramos** - E nós voltaríamos a discutir novamente numa próxima reunião, porque eu acho muito tumultuado também. Eu entendo o que a Cristina colocou. Também para valorizar o trabalho que esses Conselheiros fizeram anteriormente, se debruçando em cima do tema, e trazendo uma proposta. Eu acho que a gente não pode passar por cima disso. Os Conselheiros devem entender isso, que foi um trabalho árduo, como a Cristina colocou, e pondero, também, o que acontecerá suplente colocou, que é o problema do diagnóstico. Eu acho que de fato as diretrizes são muito amplas, e a gente fica - vamos falar de recursos hídricos - se a gente for pensar, se for pegar todo o dinheiro que tem no FEMA não dá para fazer nada com a necessidade do recurso hídrico no Município de São Paulo. Se a gente for falar em educação ambiental. Enfim, todas as diretrizes, por causa dessa amplitude, o dinheiro é insuficiente, mesmo agora. Alguns pontos que devem ser colocados de maneira emergencial. A gente poderia deixar que a Secretaria fizesse, porque, sem



isso, também não avança a questão da informação. Ela é extremamente necessária e está na lei, a lei também exige que o acesso à informação seja efetuado pela Secretaria. Então eu acho que a gente pode ponderar. A minha proposta é que a gente aprove essas diretrizes por um prazo determinado e volte depois à discussão pela comissão.

**Gilberto Natalini (Presidente)** - Como faltam 15 dias. Espera um minutinho, eu vou tentar encaminhar a proposta que eu fiz e vocês não aceitaram. Como faltam 15 dias para a próxima reunião ordinária, é isso? A gente vai adiar a votação dessas diretrizes por 15 dias, para não ter que aprovar por 15 dias e depois voltar aqui para rediscutir. Aí, nós distribuiremos e é preciso distribuir, certo Ivan? Para cada Conselheiro esse documento que a Cristina mandou. Hoje é dia 26 de abril. É, dentro de 30 dias, nós vamos patinar 30 dias, mas eu prefiro isso a depois dizer que a gente não está aprofundando a discussão. Se vocês não forem contra, eu pediria para a gente consensuar para a gente avançar. Você é contra?

**Cons. Alessandro Azzoni** - Eu não sou contra senhor Secretário, mas eu acho o seguinte: nós vamos ter essas duas únicas propostas ou nessa próxima reunião todos os Conselheiros também podem fazer as suas discussões?

**Gilberto Natalini (Presidente)** - É melhor não fazer na reunião; é melhor a gente distribuir essas propostas dela; tem as nossas diretrizes, que a nossa equipe técnica produziu, tem as diretrizes que o grupo que a Cristina falou, produziu no ano passado e que não foi levado em conta pela gestão anterior (pelo menos não tem nada em ata que diga respeito a isso; nada em ata oficial). Então, o que eu estou propondo para respeitar o trabalho deles e para dar a chance, como disse o Walter, de todos os Conselheiros conhecerem o que tem aqui direitinho, a gente adia essa discussão para a próxima reunião ordinária aqui, então a gente toma a decisão definitiva. Nós vamos parar o FEMA, vamos parar o FEMA. Por dois meses? Nós vamos chamar depois o FEMA. Depois, nós vamos perder um período, mas a gente chama depois uma reunião extraordinária do FEMA e vamos nos adaptar, assim fica bom? Está encaminhado? Todo mundo de acordo?



**Cons. Alessandro Azzoni** - Uma questão antes. Se for possível para os Conselheiros, os que estão assumindo e que não conhecem exatamente todas as propostas, ver projetos do próprio CONFEMA e do FEMA, se não seria didático encaminhar essas propostas que estão pendentes para aprovação no CONFEMA para que tome ciência tomar ciência do tipo de demanda que está surgindo para aprovação.

**Gilberto Natalini (Presidente)** - Os projetos serão colocados online no site da Secretaria, como tudo o que a gente faz é colocado; não deu tempo ainda, porque os projetos vieram nos últimos dias e a gente não conseguiu operacionalizar, mas todos serão colocados lá.

**Cons. Cristina Antunes** - Natalini o que eu ia falar é isso, que o FEMA também pode fazer uma extraordinária. O FEMA tem reunião essa semana, sexta feira; então, ele também pode fazer COM que a gente diminua esse prazo. Não precisa um mês, desde que os Conselheiros todos se comprometam a pegar e ler. O grupo trabalhou um mês para fazer isso, mas ler, vai ser muito fácil identificar na proposta que o grupo organizou muitos dos temas que estão nesse outro trabalho. Então, não é uma discussão saindo do zero; a gente poderia abreviar esses prazos.

(áudio sobreposto)

**Gilberto Natalini (Presidente)** - Mas aí você tem o problema da dificuldade para nós organizarmos uma reunião dessas. Como a gente ocupou o espaço que tinha na Secretaria, nós tivemos que fazer a reunião fora. Então, depende de agenda, de local, de organização. Uma reunião dessa não é assim, tão simples de organizar. Então nós vamos manter o dia 26 de abril que é a data é isso? Nós vamos manter, por causa dos feriados. Retirar a proposta disso hoje, aquilo que eu tinha feito, votava isso hoje dia 26, e aí poderia se reavaliar. Mas como não foi aceita, não tem problema eu quero consenso; para o bem das coisas; então fica para o dia 26; e o CONFEMA, nós vamos ver como a gente vai se entender



lá enquanto não tem diretriz, não tem encaminhamento de nada. Está bom assim? Podemos superar e ir para frente? Ok

**Cons. Cristina Antunes** - Natalini eu agradeço imensamente a sensibilidade.

**Gilberto Natalini (Presidente)** - Está agradecido

**Cons. Cristina Antunes** - Tem uma outra proposta aqui.

**Ivan Cáceres (Coordenador)** - Passamos agora ao segundo. Conselheira por gentileza.

**Cons. Cristina Antunes** - Eu queria fazer uma proposta intermediária a gente deveria formar aqui, nesse momento, um grupo de trabalho que até sexta-feira, junto com você Ivan e com o Natalini, para a gente discutir e compatibilizar as duas propostas. Mas então esse grupo de trabalho (audio sobreposto)

**Ivan Cáceres (Coordenador)** - O plano de trabalho da Mata da Mata Atlântica que seria apresentado hoje ao CADES. A equipe técnica está aqui ainda; é um plano de extrema importância, que está sendo retomado. Vamos esgotar esse assunto, por favor.

**Gilberto Natalini (Presidente)** - Eu quero só dizer o seguinte: nós estaremos lá a disposição. Podemos ao final da reunião marcar com quem quiser, para ir lá para discutir o detalhe disso, de uma maneira mais detalhada. Podemos ficar no final da reunião, marcar essa outra reunião. Agora, já teve um grupo de trabalho, já trabalhou a proposta; está aí, se não vamos burocratiza muito. Estamos lá para discutir com quem quiser; qualquer pessoa, mas marcamos ao final a reunião e vamos dar continuidade para fazer o que é melhor. Eu queria só que o Ivan colocasse em aprovação a proposta que nós fizemos de adiamento disso e, em seguida, nós vamos encerrar esse assunto e passar para o Plano da Mata Atlântica, que é fundamental também.

**Ivan Cáceres (Coordenador)** – Senhoras e Senhores Conselheiros, foi deliberado o adiamento da votação das diretrizes do FEMA para 2017. Essa reunião tem um prazo para acontecer. Edson, qual o prazo que foi marcado? Será convocada



uma Reunião Ordinária do CADES no dia 26 de abril, que se dará a discussão e votação das diretrizes do FEMA. Esgotado esse assunto, passamos agora para o segundo ponto da pauta. Eu creio que tudo já está deliberado e aprovado pelos Conselheiros. Alguma manifestação sobre o adiamento da votação das diretrizes do FEMA? Nada? Então está provada essa deliberação. Passamos agora para o segundo ponto da pauta, que é apresentação do processo de elaboração do plano Municipal da Mata Atlântica, com seu estágio atual, próximos passos e recomposição dos membros da comissão de acompanhamento do PMMA do CADES. Pela senhora Anita Correia de Souza Martins. Algum questionamento a respeito? Podemos prosseguir com a apresentação?

**Anita Correia de Souza Martins (DEPAVE – 8)**- Bom dia a todos, eu sou Anita. Hoje eu vou tentar resumir a parte da minha apresentação, que é uma apresentação, mais do andamento do processo, embora a gente tenha muitos Conselheiros novos e seria bom a gente fazer esse resgate, mas eu gostaria de aproveitar muito a presença de pessoas que foram cruciais para o desenvolvimento desse trabalho, são pessoas ou da Secretaria ou que compõem a Comissão Especial do CADES. Foi criada uma comissão, no âmbito do CADES para acompanhar a elaboração do plano. Então, hoje a gente vai ter apresentação de 4 pessoas, três pessoas além de mim: o coordenador do trabalho do Geoprocessamento, o coordenador de vegetação, e o coordenador das áreas prioritárias. Então eu vou tentar ser bem rápida com essa parte mais burocrática, para que vocês ouçam a parte técnica que é muito rica e importante. Então, aqui a gente tem o marco legal principal, que é uma Lei federal de 2006, que é a lei da Mata Atlântica, que estabelece que apenas os Municípios que tiverem o plano Municipal da Mata Atlântica poderão acessar o Fundo Federal da Mata Atlântica. Esse fundo não foi regulamentado, mas esse é o primeiro marco que aponta a necessidade desse plano e dá algumas diretrizes bem gerais, apontando essa questão da definição de áreas prioritárias para a conservação e a recuperação da vegetação nativa do bioma Mata Atlântica. O Plano Diretor Municipal de 2014 estabelece, sim, que a gente tem que



construir, como política pública, o plano Municipal de Mata Atlântica, no seu artigo 287; no §1º ele também define a composição deste plano da Mata Atlântica, que eu trato depois de uma forma mais resumida, para que vocês possam ver. Existe, também, uma regulamentação do Decreto federal que estabelece uma questão técnica, que é a escala em que o trabalho deve ser feito, no mínimo, de 1 para 50.000. Nós trabalhamos com uma escala diferente para que a gente pudesse abranger os fragmentos menores que existem no Município de São Paulo; e isso, o Jânio, geógrafo que é responsável pela parte de Geoprocessamento, vai explicar para vocês. O trabalho começou em 2015 e ele foi iniciado a partir de um grupo de trabalho intersecretarial que continha a Secretaria do Verde, a antiga SMDU, agora SMUL, e a Secretaria Municipal das Prefeituras Regionais, antiga Coordenação das Subprefeituras. Foi também celebrado um termo de cooperação com a Fundação SOS Mata Atlântica. A Fundação SOS Mata Atlântica tem um trabalho de capacitação na esfera nacional nos Municípios para que eles tenham todo o embasamento teórico para a elaboração do plano. Evidentemente embasado no roteiro metodológico do Ministério do Meio Ambiente. E a gente teve, então, a instalação da Comissão Especial do CADES. Essa é a composição que eu resumi para a gente entender de forma bem simples o conteúdo do plano. Ele tem então um diagnóstico sobre a situação atual da Mata Atlântica, incluindo nesse diagnóstico um mapeamento da vegetação nativa existente no Município, que o Ricardo vai apresentar - Biólogo, Coordenador, doutor Ricardo Francischetti do Herbário Municipal. O Plano tem outra etapa, que é a definição de áreas prioritárias para conservação e a preservação, cuja a coordenação é do professor Ricardo Sartorello, da Universidade de Mogi das Cruzes, que compõem a comissão do CADES. E, enfim, a parte de fechamento, que vai implementar o plano, que vai ser possível a implementação, é o plano de ação. Isso está descrito de uma forma bem detalhada nesse roteiro metodológico do Ministério do Meio Ambiente. Essa é uma linha do tempo que mostra tudo que foi feito desde 2015, em janeiro de 2015, quando o plano foi lançado no Parque



Trianon. Foi iniciado o diagnóstico no mês de fevereiro. Foram feitas oficinas populares participativas nas 4 regiões da cidade, com a população, para que ela pudesse mapear esses fragmentos de vegetação e, também, foi trabalhada com os participantes a questão da sensibilização dos serviços ambientais, da importância daquele fragmento naquele contexto local. No dia a dia da pessoa. Foi feita também uma oficina técnica de vegetação e priorização de áreas. Foram feitas 16 oficinas de mapeamento. Dessas oficinas participaram técnicos de todos os Departamentos da Secretaria do Verde - e aí a gente dá um destaque para o DGD que teve muitos técnicos todos coordenados pelo Ricardo Francischetti do Herbário, que é o coordenador dessa parte de vegetação - que definiu as classes de vegetação a serem utilizadas. E esses técnicos participaram dessas 16 oficinas em que foi feito o mapeamento a partir das cartas da EMPLASA que o Jânio vai poder lhe explicar melhor para vocês. Foram feitos os ajustes de mapeamento até junho do ano passado. Foi feito um trabalho também a partir do levantamento do roteiro metodológico que a gente chama metodologia *swot*. Acho que a maior parte de vocês deve conhecer, para levantar pontos fracos, pontos fortes, que vão ser fundamentais. Agora, para essa etapa que a gente tem trabalhado, que é a definição do plano de ação. A gente resgata tudo isso e a partir disso que a gente constrói o plano de ação. Também foi utilizada outra metodologia internacionalmente conhecida que é a de cenários futuros. Nós tivemos a colaboração aí também de um membro da comissão que hoje não está presente, mas é o Rodrigo Victor da Fundação Florestal e da Reserva da Biosfera do Cinturão Verde que nos trouxe essa metodologia que é muito utilizada hoje, para trabalho de planejamento estratégico. Em maio, nós apresentamos, nós fizemos uma apresentação para a comissão do CADES desse trabalho, do desenvolvimento desse trabalho. Em junho, nós lançamos o mapeamento na UMAPAZ. De junho a setembro, nós trabalhamos com a questão das áreas prioritárias. Hoje o professor Ricardo vai explicar o que é isso e qual é a metodologia que nós utilizamos para a definição desses perímetros prioritários. E, começamos também no ano passado, o plano de ação. Essa é etapa em que





nos encontramos hoje 2017. Teve uma coisa importante que eu acho que eu devo mencionar aqui; quando chegou em outubro do ano passado a gente ficou um pouco numa situação, a gente termina e constrói um plano de ação para um governo que tá terminando e a gente tem a iminência de uma outra política de outras diretrizes e o que a gente vai fazer com. **(Gravação interrompida por graves problemas técnicos no equipamento de gravação, e por este motivo, a finalização da transcrição fica prejudicada).**

### **GILBERTO NATALINI**

Presidente do Conselho Municipal do Meio Ambiente  
e Desenvolvimento Sustentável – CADES  
Secretário Municipal do Verde e do Meio Ambiente

### **Conselheiros presentes:**

ALESSANDRO AZZONI  
ANDREA FRANKLIN SILVA VIEIRA  
ANGELA MARIA BRANCO  
BEATRIZ MACHADO GRANZIERA  
CÉLIA MARCONDES  
CÉSAR ALEXANDRE HERNANDES  
CRISTINA ANTUNES  
FERNANDO MASAO FONTES IKI  
GEORGE DOI  
LYGIA CECILIA CUNHA  
JOÃO HENRIQUE STOROPOLI  
MARCELO DE MENDONÇA BERNARDINI

MARCOS MOLITERNO  
MARIA CECÍLIA PELLEGRINI GÓES  
MILTON TADEU MOTTA  
PRISCILLA MARTINS CERQUEIRA  
RAFAEL ROFRIGUES DE OLIVEIRA  
ROSA RAMOS  
ROSE MARIE INOJOSA  
ROSÉLIA MIKIE IKEDA  
SUELI RODRIGUES  
THAIS ROMOLI TAVARES  
WALTER PIRES

### **CONSELHEIROS SUPLENTE PRESENTES:**

DÉBORA PONTALTI MARCONDES / CRISTIANE LIMA CORTEZ / JUACIR BUENO DE CAMARGO JUNIOR / PATRÍCIA MARRA SEPE

### **CONSELHEIROS COM JUSTIFICATIVA DE AUSÊNCIA:**

ANGELO IERVOLINO / CRISTINA SCANTAMBURLO KIRSNER / DALTON SILVANO / EDUARDO STOROPOLI / MURILO REPLE PENTEADO ROCHA / PAOLA WOHN RATH MELE

### **COORDENADOR GERAL:**

IVAN CÁCERES

### **SECRETÁRIO EXECUTIVO:**

ÉDSON BUENO